

Agenda Semanal do Congresso Nacional: confira os destaques da semana de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022

29.08.2022 6 minutos de leitura

Autores

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

Informativos Agenda do

Congresso Nacional Relações Governamentais

A Câmara realizará esforço concentrado com votações a partir de segunda-feira. Alguns itens da pauta são: PL n. 4401/2021, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; o PL n. 2796/2021, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos; o PL n. 3401/2008, que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências. Na sexta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara realizará uma audiência Pública sobre a Extinção de varas da Justiça do Trabalho em todo o País.

No Senado, o Plenário apreciará o PL n. 2033/2022, que altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar e o PL n. 1.212/2022, que altera a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), para modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076.

Confira, em tópicos, os principais assuntos da semana:

- Criptoativos na Pauta do Plenário da Câmara
- Regulamentação do lobby na Pauta do Plenário da Câmara
- Marco Legal para a indústria de jogos eletrônicos
- Fim do rol taxativo e modificação dos quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada na Pauta do Plenário do Senado Federal
- Audiência Pública sobre a extinção de varas da Justiça do Trabalho em todo o País
- Requerimento para realização de audiência pública para debater o PL n. 3293/2021, que disciplina a atuação do árbitro.

Veja abaixo os destaques da **Agenda Semanal do Congresso Nacional** pelo olhar do nosso time de **Relações Governamentais**. Quer receber esse conteúdo no seu e-mail? **Faça sua inscrição!**

CÂMARA DOS DEPUTADOS | 29 de agosto a 2 de setembro de 2022

17h Plenário da Câmara dos Deputados

Requerimento de **urgência para apreciação do PL n. 3293/2021 “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro**, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências” - REQ n. 1166/2022

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que **dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito** - MPV n. 1114/2022

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que **institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas** – MPV n. 1115/2022

Altera a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os **combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias** e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que as operações se iniciem no exterior - MPV n. 1118/2022

Disciplina o procedimento de declaração judicial de **desconsideração da personalidade jurídica** e dá outras providências - PL n. 3401/2008

Dispõe sobre a **prestadora de serviços de ativos virtuais**; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições - PL n. 4401/2021

Dispõe sobre a **representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas** junto a agentes públicos - PL n. 4391/2021

Cria o **marco legal para a indústria de jogos eletrônicos** - PL n. 2796/2021.

13h Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Solicita a realização de reunião de **audiência pública para debater o PL n. 3293/2021**, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências” – REQ n. 33/2022

Requer o aditamento do Requerimento nº 32/2022-CCJC para **inclusão de palestrante na Audiência Pública sobre o PL n. 3293/2021**, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações

após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências” - REQ n. 35/2022

Dispõe sobre **emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos**, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências - PL n. 2944/2019

Altera o **Sistema Tributário Nacional e dá outras providências** - PEC n. 128/2019.

1 de setembro, quinta-feira

9h Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Audiência Pública sobre a **Extinção de varas da Justiça do Trabalho** em todo o País

Convidados: Ministro EMMANUEL PEREIRA – Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT; JORGE SOUTO MAIOR - Desembargador do TRT 15ª Região; JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA - Procurador-Geral do Trabalho; BETO SIMONETTI – Presidente Nacional da OAB; Desembargador MARCELO MACIEL MANCILHA – Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs – COLEPRECOR; PROFESSORA BEBEL– Deputada Estadual (PT/SP) da ALESP; Juíza LUCIANA PAULA CONFORT- Vice–Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; SANDRA DIAS – Coordenadora Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e MPU – FENAJUFE; SÉRGIO NOBRE – Presidente da Central Única dos Trabalhadores; IVAN BAGINI – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – SINDIQUINZE; OLGA VISHNEVSKY FORTES - Juíza da 7ª Vara do Trabalho do TRT 2ª Região e Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho – ABMT.

SENADO FEDERAL | 29 de agosto a 2 de setembro de 2022

29 de agosto, segunda-feira

14h Plenário

Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar – PL n. 2033/2022

Altera a Lei nº 10.406, de 2002 (**Código Civil**), para **modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos** nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076 – PL n. 1.212/2022.

30 de agosto, terça-feira

10h Plenário

Destinada à deliberação das Medidas Provisórias nºs 1114 a 1119/2022 e das Mensagens nºs 49 a 58/2022 (autorizações de contratação de crédito externo), e à eleição dos indicados para o Conselho da República.

31 de agosto, quarta-feira

8h30 Comissão de Meio Ambiente

Realização de ciclo de debates com o objetivo de **avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal**, com foco especial na Amazônia Legal, no exercício de 2021, conforme Req. nº 1, de 2022, desta Comissão. – Requerimento n. 48/2022.

2 de setembro, sexta-feira

11h Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para atualização da Lei n. 1079/1950 - CJNLIMP

Entrega de textos finais.

DESTAQUES DA SEMANA ANTERIOR | 22 a 26 de agosto de 2022

- Projeto permite que advogado recorra para juiz definir honorários
- Projeto isenta advogado de responsabilidade por emissão de parecer jurídico
- Senadores manifestam apoio a projeto que dá fim ao rol taxativo; ministro da Saúde é contra
- Comissão vai debater inquéritos que apuram atos antidemocráticos e uso de Fake News
- Dez anos da Lei de Cotas: especialistas apontam resultado positivo, mas cobram suporte aos alunos cotistas

Fonte: Agência Câmara e Senado de Notícias

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci